

Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas - “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”-

Eurípedes A . Funes

1 - Introdução

Sempre que subia o Rio Amazonas, rumo às comunidades quilombolas dos rios Curuá, Trombetas e Erepecurú, passava diante de duas ilhas, muito planas, bem em frente a Santarém – Arapemã e Saracura. Uma indagação sempre me vinha naquele momento: como os moradores daquela ilhas lidariam com a terra e com os ciclos das águas que marcam o seu cotidiano? Aos poucos, fui obtendo informações sobre a vida humana ali. Fiquei sabendo, por exemplo, que sua população foi se constituindo por negros, mestiços, livres e libertos, que fugiram do cativeiro, cujas histórias se misturavam com as daqueles que formaram os mocambos nos altos dos rios e nos paranãs do rio Amazonas próximos a Santarém.

À medida que avançava com a pesquisa com vistas à elaboração de minha tese de doutorado ¹, percebi que estas comunidades tinham uma importância significativa no quebra-cabeça que estava montando: elas serviam de apoio aos quilombolas tanto no processo de fuga, quanto no estabelecimento de vínculos destes com a sociedade escravocrata, em particular de Santarém, para compra de produtos necessários à sua subsistência e abastecimento do mercado local.

Àquelas duas juntava-se o Bom Jardim, comunidade que se constituiu a partir da terra doada - o sítio Bom Jardim - em testamento pela senhora Maria Joaquina da Silva Ferreira a seus escravos, em 1807, os quais ficariam livres, todavia, apenas após a morte de seu marido José Francisco Ferreira, quando deveria efetivar, também, a doação, o que ocorreu em 1876.

O Bom Jardim fica em terra firme, ao lado de outras comunidades negras: Murumurutuba, Murumuru, Tingu e Ituqui, descendentes dos quilombos, que ali se

¹ FUNES, Eurípedes A. *“Nasci nas Matas Nunca tive Senhor: História e Memória dos Mocambos no Baixo Amazonas”*. São Paulo: USP, 19995. Tese de doutorado em História Social na qual está baseada a maior parte do texto aqui apresentado.

constituíram no século XIX: Ituqui, Tiningu e Una, este no rio Curuá-Una. Por certo, a importância estratégica destas sociedades quilombolas foi deveras significativa, no processo de resistência à escravidão e na reprodução dos mocambos maiores que surgiram nos altos dos rios Trombetas, Curuá e Erepecurú, alargando os espaços territoriais daqueles que romperam com a condição de cativos, a partir dos quais se configuraram as atuais comunidades, ampliadas pelo casamento e pelo constante deslocamento de famílias de uma área para outra, na busca de terra para trabalhar.

Falar em comunidades negras, remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas, no Estado do Pará é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social ao fugirem dos cacoais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e, mesmo, de Belém e outros centros urbanos. É navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas, descendentes desses negros que constituíram os seus espaços no alto dos rios Curuá, Trombetas, Erepecurú, paranãs e lagos da região, onde ser livre era possível.

As marcas desse processo histórico são visíveis na documentação gerada pelo governo paraense: correspondências, relatórios e autos cíveis; nos jornais da época, nas narrativas produzidas por viajantes, em sua maioria cientistas, que visitaram o “Baixo Amazonas”, ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esse processo histórico está visível, e permanente, sobretudo na memória daqueles que são os continuadores dessas lutas. Se, num primeiro momento, o enfrentamento visava construir a liberdade, rompendo com a escravidão, hoje, a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e assegurarem o direito à cidadania.

Sete comunidades se entrelaçam nos ramos de uma história de resistência escrava e na constituição de uma territorialidade marcada pela saga dos afro-amazônidas, na luta pela terra e por direitos à cidadania. No diálogo com os mais velhos moradores dessas comunidades, foi possível encontrar, nos meandros dos labirintos, os varadouros que nos levaram à história desses atores sociais. História que ocupa um lugar na memória e faz desta um referencial de identidade.

São comunidades cuja ancestralidade remonta às sociedades mocambeiras que se constituíram ao longo do século XIX, onde os pais de vários narradores, e muito desses,

nasceram. Hoje, se constituem por aproximadamente 500 famílias, ou cerca de 5.000 moradores, cujos “ramos” se fundem por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades, e, sobretudo, por uma mesma história, partilhando experiências comuns, na constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de um espaço único – terras de remanescentes. Histórias que se fundem e memórias que se entrelaçam em diversos ramos de um mesmo tronco.

2 - Escravidão no Baixo Amazonas

A ocupação do “Baixo Amazonas” foi uma decorrência da política colonial adotada para a Amazônia, não fugindo ao processo característico no qual a defesa territorial, a catequese e o aldeamento do nativo constituíram-se justificativas maiores, tendo como base de sustentação econômica o extrativismo e a comercialização das “drogas do sertão”, nesse caso, melhor dizer, da mata. Assim como a região de Belém, somente em meados do século XVIII, o Baixo Amazonas conheceu os primeiros sinais de “prosperidade”, tendo na lavoura cacaeira a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo.

Ali o plantio do cacau era feito em terras baixas, em áreas inteiramente desmatadas, e sujeitas a inundações, ficando as plantas expostas ao sol. "Tudo o que se tem a fazer, depois de plantado é capinar duas ou três vezes por ano, colher e secar na época certa." O cuidado principal estava no momento da secagem das sementes, as quais eram expostas ao sol, não podendo tomar chuva e orvalho. Um trabalho maior para os pequenos proprietários, já que nas grandes fazendas geralmente havia o tendal, "um secador que desliza sobre roletes de modo a ser empurrado para o galpão sempre que anoitece ou que ameaça chover"².

Em fins da primeira metade do século XIX, a lavoura cacaeira perdeu força em razão dos altos custos do plantio e da retração do mercado, em decorrência da competitividade de outras regiões, especialmente da Venezuela. Nesse momento, se percebeu uma expansão da pecuária, aproveitando-se as pastagens das várzeas e campos naturais, que ao lado de uma pequena agricultura, tornou-se base da economia local, perdurando, de certa forma, até os dias atuais, quando começa a ganhar volume a lavoura extensiva como o plantio de soja.

Essas atividades agropastoris ocupavam relativamente poucos trabalhadores, em

² - WALLACE, Alfred R. **Viagens pelo Amazonas e Rio negro**. Belo Horizonte: Itatiaia, p. 96-97.

especial a pecuária, na qual a mão-de-obra indígena também se fazia presente³. A lavoura cacaeira, por sua vez, exigia uma demanda maior por ocasião do plantio e da colheita. Todavia, era uma atividade sazonal, liberando, em determinados períodos do ano a força de trabalho empregada. Mesmo assim, como em outras regiões da colônia, a carência da mão-de-obra ali foi sentida, reclamada e suprida, ou pelo menos amenizada, com a chegada dos negros africanos, o que se efetivou a partir da segunda metade do século XVIII, com os incentivos governamentais através da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará Maranhão.

No Baixo Amazonas, o negro foi empregado na lavoura cacaeira, na agricultura de subsistência e, sobretudo, na pecuária. Verifica-se, também, ao longo desse período a presença da escravidão nas atividades domésticas. Aos poucos, o negro passou a fazer parte do cotidiano da sociedade amazônica.

Ocupações dos escravos: Baixo Amazonas - Século XIX.

1ª. Metade do Século XIX		2ª. Metade do Século XIX	
Atividades	Propriedades	Atividades	Propriedades
Cacau	66 - 55,0 %	Cacau	47 - 25,6%
Pecuária	04 - 3,3 %	Pecuária	33 - 18,0%
Cacau/Pecuária	10 - 8,3 %	Cacau/Pecuária	43 - 23,4%
Olaria	01 - 0,8 %	Olaria	01 - 0,1%
Outras	39 - 32,5 %	Outras	59 - 32,2%
Total	120	Total	183

FONTE: Inventários Post Mortem, Santarém, Alenquer, Óbidos - 1800-1886.

Uma das principais propriedades escravista no município de Santarém era o engenho Taperinha pertencente ao Barão de Santarém, que possuía o maior plantel de escravos da região, num total de 56 cativos. Na segunda metade do século XIX, provavelmente em 1868, o barão se associou ao norte-americano, Rhome, radicado naquela região, juntamente com outros que para ali migraram, a partir de 1867, logo após o término da guerra civil nos EUA, em 1865. O engenho Taperinha passou por uma modernização, com o uso da força

³ - A sede da fazenda estava situada junto a extenso pantanal que medeia entre as serras e o Amazonas. Era uma casa de barro de 2 ou 3 quartos e um galpão aberto anexo, usado como cozinha e como dormitório dos índios. Um curral que ficava próximo da casa. WALLACE, Alfred. **Viagens pelo Amazonas**. p. 98-99.

hidráulica sem, no entanto, dispensar a mão de obra escrava.

Esses americanos chegaram ao então Baixo Amazonas, após um contrato firmado, em 7 de novembro de 1866, pelo major Lansford Warrem Hastings, cidadão dos Estados Unidos da América do Norte, com a presidência da Província do Pará, para o estabelecimento de uma colônia de compatriotas que quisessem imigrar. Entre outras condições, previstas no acordo, “estipulou-se que ficaria reservada ao dito major uma porção de terras que se achassem devolutas e ainda incultas na parte austral do rio Amazonas, compreendida entre os rios do Tapajós e Curuá, e cuja extensão de S. a N. e de L. a O. foi calculada em sessenta léguas quadrada.”

Em virtude desse contrato, ali chegaram 112 imigrantes, sendo 70 em setembro e 42 em outubro de 1867, os quais seguiram logo para Santarém, “onde receberão agasalho por parte do governo e forão providos de todo mais que precisarão, dependendo com isso não pequenas quantias. Estes 112 imigrantes com os quais aqui já existião, perfazião o total de 192. Actualmente, porém, existem 87 imigrantes a, havendo a maior parte delles tomado outro destino. Destes 87 imigrantes achão-se estabelecidos nas terras concedidas ao major Hastings nove famílias, e os outros residem em diferentes lugares da comarca de Santarém.”

Entre essas as famílias estavam as de David Riker e Robert H.Riker “este residente nesta Província há mais de um anno, e aquelle há pouco chegado, pedindo por título de compra de duas milhas quadradas de terras na comarca de Santarém, para estabelecimento de várias famílias americanas e alemães, que se comprometem trazer, garantindo-lhes o governo certos favores.”⁴

Segundo J. Barbosa Rodrigues, “Alguns americanos do sul, estabelecidos na serra, são os únicos lavradores que mostram o que poderia ser o município de Santarém quando reconhecerem a necessidade de trabalhar e a emigração para ali affluir. É uma colônia composta de 19 famílias, representadas por quase 88 indivíduos, sendo 77 norte americanos e 11 ingleses. Entre elles existem 2 médicos, 4 mecânicos, 1 padre, sendo os outros lavradores.”⁵

Este comentário, mesmo que rápido, sobre a presença desses americanos vindos

4 - Relatório do Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo, 16-05-1869. Belém, Typ. Do Diário do Gran-Pará P. 42/43. Sobre este tema ver: GUILHON, Norma – **Confederados em Santarém – saga americana na Amazônia**. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

5 - RODRIGUES, J. Barbosa. **Exploração e estudo do Valle do Amazonas – Tapajós**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875, p.35. Rodrigues esteve no engenho Taperinha em 1872.

do sul dos EUA, em particular do Mississipi, Alabana e Tennessee, e com eles algumas famílias inglesas e alemãs, se faz necessário em razão de que estes se colocaram nos espaços onde se encontravam as terras quilombolas, estabelecendo com os afro-amazônidas um relacionamento que foi além do grau de vizinhança, havendo uma “mistura étnica”, que marcou a origem de algumas famílias quilombolas, que hoje ali vivem. A estes norte-americanos juntaram-se na região outros retirantes, os cearenses; só que esses fugindo da grande seca de 1877-1879, constituindo posteriormente um fluxo constante desse processo migratório, ocupando terras próximas às comunidades de Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba e Tiningu e misturando-se com os seus moradores, resultando na cor “avacenta” de algumas famílias mocambeiras daquela área e na configuração de práticas e orientações culturais diversas.

O barão de Santarém era genro de Maria Macambira, cuja família possuía várias propriedades nas proximidades de Santarém e nas comarcas de Monte Alegre e Alenquer. A matriarca era vista como símbolo da maldade. Segundo o Sr. Santa Rita, que era morador da comunidade quilombola do Pacoval, no rio Curuá, os mocambeiros *contavam que acontecia com eles mesmos, lá com a Maria Macambira, que comiam em cochos, parecia porco. Quando um escravo errava o mandado deles, saiam com o chicote pra lambar, davam surra mesmo (...) tudo ali era uma sujeição ridícula, que eles não tavam acostumado mas foram obrigados a acostuma, por que eles vieram da África. Ai foi o tempo que eles resolveram fugi. É penoso, a gente acha penoso o que eles contavam, como era o trato deles.* Essa imagem da maldade é reforçada pelo Sr. Donga, que morava na comunidade negra da Tapagem, rio Trombetas, segundo ele, “*quando as mães tão, às vezes, com marvadeza com as crianças se diz: tu ta Macambira, já que mata teus filhos*”.⁶

Das propriedades desta família, fugiu um considerável número de escravos, ao longo do século XIX, muitos deles buscando os quilombos dos rios Trombetas e Curuá, e outros se “homiziando” naqueles localizados nas proximidades de Santarém, como os de Tiningu, Ituqui, Urucurituba e o do Una.

Em uma carta datada de 17 de dezembro de 1870, o fazendeiro José Joaquim Pereira, ao chefe de polícia Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcelos, afirmava que, “A muitos anos que minha mãe as Sr^a Maria Margarida Pereira Macambira se vira privada do serviço

6 FUNES, Op. Cit

de um avultado número de escravos e do seu casal que se achão pio indiviso por terem elles se homiziados nos quilombos do Curuá e Trombetas, sem que os meios empregados e a acção do governo tenham podido tiral-os duma vida selvática e restituídos ao animo de seus legítimos senhores”⁷

Estava na relação senhor-escravo uma das principais razões das fugas, mais do que no ato de sedução de "contrabandistas" ou de hábeis sedutores. Se o escravo conquistasse, no seu cotidiano, garantias de autonomia de ação e movimento, tendo a possibilidade, mesmo mínima, de gerenciar sua vida, ele com certeza pensaria duas vezes antes de fugir. O escravo tinha a noção do momento sócio-econômico vivido e jogava com ele no sentido de conseguir conquistas, mesmo que isso fosse visto, pelos senhores e autoridades, como atos de insubordinação, desobediência e ociosidade "típica dos cativos".

Em discurso na Assembléia Provincial, em 7-04-1858, o presidente da Província, João da Silva Cerrão, afirmava que "fazendeiros possuidores de escravos têm me comunicado o estado anormal em que a existência conhecida de tais quilombos os tem collocado, impossibilitando a disciplina pelo fundado receio de fuga [...] No estado de penúria de braços que se acha a agricultura, esta causa agrava profundamente o mal não só pela falta de disciplina que conservão, sempre indolentes e ameaçadores."⁸

Tal discurso, bem como os espaços de autonomia conseguidos pelos escravos em seu cotidiano, revelam que estes tinham noção clara do contexto e se valiam da conjuntura para forçar negociações, conseguir mais autonomia e flexibilidade de ação dentro do próprio sistema escravista, tendo a fuga como arma engatilhada contra as ameaças às suas conquistas.

O processo de fuga, individual ou coletivo, geralmente ocorria em épocas de festas e mais especificamente, no caso da Amazônia, no período de cheias: dezembro a maio. Nessa região, as festas, em especial as dos ciclos natalino e junino, coincidem com o tempo de inverno e da castanha. Os registros de fugas publicados no *Baixo Amazonas* apontam essa evidência: no dia 26-12-1882, fugiram de um sítio do rio Aritapera 5 escravos de um

7 APEP – Fundo Secretaria de Polícia da Província - Correspondência da Secretaria de Policia da Província, série officios diverso, 1870-1873.

⁸ - Discurso do Presidente da Província, João da Silva Cerão, por ocasião da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, 7-04-1858. Belém, Typ. Santos & Filho, 1858.

mesmo senhor.⁹ No dia 3-01-1876, nesse mesmo rio, fugiu da propriedade de Antônio Luiz de Almeida o escravo Manoel. Bem conhecido de todos, ele fugiu em companhia de mais 10 escravos, todos desse rio, "furtarão uma montaria, em que embarcarão para se evadirem".¹⁰

O editorial do jornal de Santarém, *Baixo Amazonas*, do dia 8-01-1876 afirmava ser "aflictivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos, [...] levas abandonão seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e de vez enquanto uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que enche o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados."¹¹

Se os principais mocambos estavam nos altos dos rios, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras, abaixo destas, no entanto, nos afluentes dos rios principais, como o Curuá-Una, nos lagos e paranãs como no Ituqui e Maicá, nas cercanias de Santarém, se encontravam quilombos menores, como o de, Ituqui, Tingu, Una e ainda o de Urucurituba, que serviam de apoio, tanto para fuga como para resistência daqueles situados nas "águas bravas".

Os combates a estas sociedades quilombolas sempre esbarraram em uma série de empecilhos que dificultavam a organização das diligências, em particular na burocracia marcada por uma troca constante de correspondências. As autoridades locais geralmente não tomavam decisões sem consultar as instâncias superiores, o que demandava um tempo considerável em razão das longas distâncias ali existentes. Somavam-se a isso as dificuldades em se conseguirem bons guias e, de forma especial, em se manter a organização das expedições punitivas em segredo. Além dessas questões, deve-se considerar o jogo de interesses envolvidos na destruição dos mocambos.

No dia 14 de maio de 1844, foi requisitado junto às autoridades competentes da Província o envio de praças para dar combate aos quilombolas do Curuá e das localidades

⁹ - Jornal *Baixo Amazonas*, Santarém, 30-12-1882.

¹⁰ - Jornal *Baixo Amazonas*, Santarém, 8-01-1876.

¹¹ - Ibid.

mais próximas de Santarém, como Urucurituba, Tingu e Ituqui. Solicitação reforçada pelo ofício de 28/05/1844, que fala da necessidade de se requisitar “huma escolta de 30 praças para mandar ao Urucurituba a fim de capturar alguns escravos fugidos que ali se achão amocambados”.¹²

Apesar de todos os transtornos, a expedição saiu de Santarém para bater o quilombo que existia no Tingu e Ituqui. Era composta por “vinte praças de 1ª linha, trinta do corpo policial desta vila e 23 índios Mundurucu, inclusive o Tuxaua”. Depois de um dia e meio de marcha, estando próxima ao quilombo, segundo informações do Tuxaua, foi preparado o cerco, que não chegou a acontecer porque os quilombolas foram “avisados por um índio seu comparsa, e infelizmente agarrou-se só hum negro e huma índia. Interrogado, o prisioneiro disse que havia “no mocambo seis pessoas, inclusive elle, e huma negra, sete, e huma índia que fugiu juntamente com os ditos”. Disse ainda “que tinham sido avisados por hum índio, dizendo-lhes que estava a chegar a escolta, cujo os acompanhou na fuga, por isso que estavam bem prevenidos”.¹³ A expedição resultou em grande fracasso, assim como outras, e as fugas continuaram a acontecer.

A fuga de família escrava, e o processo de aliciamento, tornaram-se mais evidentes depois de 1870, como ficou claro no ofício do delegado de polícia de Santarém ao chefe de polícia da Província em 17-09-1873. “Sobreshae d'hum modo minimamente assustador o grande número d'escravos que por assim dizer, diariamente se vão internando nos quilombos que existem em diversos pontos da comarca, a convite dos muitíssimos que já lá vivem em pleno socego por que n' nenhum meio se tem empregado há muito tempo afim de os obrigar a abandonar o refúgio que procurão em detrimento dos seus legítimos possuidores. Acresce, Exmº Sr. que além dos escravos que atualmente fogem para esses quilombos, vão em companhia d'elles não pequeno número de crianças, que já gosão dos benefícios que lhes concedeu a lei de 28-09-1871”.¹⁴

A sobrevivência e a reprodução dos mocambos na Amazônia não dependeram apenas de sua interação com o meio ambiente, e de sua organização interna, mas também de uma

12- APEP – Secretaria de policia da Província Correspondência do Comando Militar do Baixo Amazonas com diversos, - 1843 –1845

13 - APEP – Fundo Secretaria de Polícia da Província, série ofícios. Ofício do Delegado de Santarém ao chefe de polícia, 31-08-1844.

¹⁴ - APEP. Fundo Secretaria de Polícia da Província, série ofícios, Ofício do delegado de Santarém ao chefe de polícia da Província Inocêncio Pinheiro Corrêa, 17-09-1873.

rede de relações e solidariedade tecida pelos mocambeiros, que garantia sua inserção no mercado local e a interação com a sociedade escravista. Desse itinerário, sem dúvida, fazem parte as comunidades negras, do Bom Jardim, Mumumurutuba, Murumuru, Arapemã e Saracura, além destes quilombos mencionados.

Essas evidências também estão postas em vários depoimentos das testemunhas, nos autos cíveis contra os filhos da mocambeira Margarida. Segundo o Tenente Ignácio José Correa "os escravos fugidos evitam fallar com pessoas que os possam denunciar aos senhores [e] se comunicação uns com os outros quando tão situados no mesmo perímetro". Esse senhor participou de uma diligência, em 1863, contra os quilombos do Curuá, "trazendo cerca de 60 pessoas entre escravos e livres, deixando a diligência de ir onde estavam os réos, a família de Margarida, que ficava muito distante, afirmando no entanto que entre os "que haviam sido presos muito davão notícias dos quilombos onde estavam os réos"¹⁵.

Esta prática possibilitava uma interação mais intensa e efetiva, permitindo a constituição de uma rede de informações que dificultavam as ações das expedições punitivas, como lamentava José Joaquim Pereira Macambira, viúvo de Maria Macambira, e ex-delegado de Polícia de Santarém, que afirmou haver "uma grande comonicação entre os escravos dos diversos quilombos entre si, tanto que é essa uma das razões porque as diligências não consegue suprehendel-os"¹⁶.

Nesses relatos, encontra-se a ponta do último fio, da teia de relacionamento armada pelos mocambeiros, através da qual estabeleciam um contato com a sociedade escravista, inserindo-se no contexto e ocupando espaços na economia regional, a partir da coleta da castanha e de outros produtos vegetais, ao lado de uma agricultura que, mesmo em pequena escala, gerava um excedente destinado ao mercado local, em especial a farinha, no momento em que as atividades agrícolas estavam sendo gradativamente abandonadas em razão da forte migração para os seringais do alto Amazonas, Purús, Juruá, onde um novo "El dorado de Ouro negro" abria-se, nos confins da Amazônia.

A destruição dos mocambos, portanto, contrariava interesses de um segmento considerável da sociedade, os homens de negócios, que por sua vez eram donos do poder

¹⁵ - Cartório do 2^o Ofício de Santarém. Autos Cíveis de Libello e Justificação. 21-11-1877. Grifo meu.

¹⁶ - Cartório do 2^o Ofício de Santarém. Autos Cíveis de Libello e Justificação. 21-11-1877. Grifo meu.

local ou, pelo menos, tinham influências sobre o mesmo. A eles, conforme as práticas econômicas ali vigentes, não interessava o controle da terra onde se encontravam os quilombos, diferentemente do que ocorreu com Palmares e os quilombos de Minas Gerais. Interessava, a eles, o monopólio, o controle da comercialização da produção dos mocambos. Se, por um lado, destruí-los significava volta dos escravos para os seus antigos senhores, um remédio paliativo para o problema da escassez de mão-de-obra; por outro, representava um golpe na produção extrativa e, sem dúvida, nos bolsos dos regatões e aviadores da região.

É nesse sentido que um entrave burocrático, baseado numa série de consultas feitas através de correspondências, demandando um tempo considerável, favorecia medidas protelatórias no tocante à organização e ao envio das expedições contra os quilombos. A demora possibilitava que se quebrassem os segredos e que os quilombolas tomassem conhecimento do que se passava nas cidades, providenciando assim sua retirada para outros locais estratégicos.

E os mocambeiros, como se portavam diante dessas situações? Eles tinham a noção clara desse jogo de interesses e se valiam dele. Sabiam das dificuldades enfrentadas na organização das diligências quando essas saíam, e, dessa forma, ganhavam tempo para organizarem a resistência, sendo mais comum o uso da tática de "guerra arrasada". Destruíam casas, plantações e abandonavam o local, buscando proteção no interior das matas ou subindo mais para os altos dos rios, interpondo outros obstáculos naturais às expedições punitivas. Sem dúvida, o conhecimento prévio do envio destas era fundamental à sobrevivência dos mocambos. Os canais de relacionamentos eram acionados, em especial aqueles que partiam dos comerciantes, regatão ou não, que viam nas diligências uma ameaça à sua fonte de renda.

Os quilombos continuavam sendo um "mal" a ser controlado, já que os remédios aplicados pelo governo surtiam efeitos apenas paliativos. Tinham fincado suas raízes no interior das matas, e, em vários lugares, geralmente de difícil acesso. Havia um fator que complicava ainda mais, a situação para o governo: combater vários quilombos ao mesmo tempo, com poucos recursos e tropas limitadas. No entanto, as autoridades provinciais estavam convencidas e determinadas a acabar com aquelas "perigosas reuniões" de escravos fugidos, às quais se juntaram, durante e após a Cabanagem, soldados desertores e

"réus de diversos crimes que tem escapado a ação da Justiça". A representação dessas sociedades associadas à criminalidade, constituía-se numa razão a mais para legitimar as ações repressivas.

Entretanto, os quilombos não eram auto-suficientes; faltavam produtos essenciais à sua sobrevivência, que eram adquiridos, pela maneira mais fácil, embora correndo algum risco: negociando com os regatões e/ou, diretamente, com os comerciantes fixos nas cidades.

A partir desse relacionamento, é possível fazer uma leitura da inserção dos mocambos na sociedade escravista; da importância que passaram a ter na economia local e, por conseguinte, sua legitimidade enquanto unidade produtora autônoma, o que por sua vez acabou refletindo na política punitiva aos quilombolas.

O vínculo comercial com os centros urbanos era feito de forma indireta ou direta. No primeiro caso, os mocambeiros chegavam até as margens dos rios fronteiros às cidades, onde solicitavam a alguns sitiantes, com os quais mantinham contato, que vendessem seus produtos e comprassem as mercadorias necessárias, como relatou o mocambeiro Thomas Jacob. De acordo com seu depoimento, os quilombolas vindos do Curuá, chegavam até o Amazonas, no lado oposto a Santarém, falavam com alguns moradores, conhecidos seus, "aos quaes davão seus gêneros para os vender nesta cidade e lhes comprar o necessário, que alguns desses encarregados davão-lhes contas das vendas outros não"¹⁷.

Sem dúvida, a possibilidade de serem ludibriados fazia com que tivessem o cuidado redobrado ao escolherem as "pessoas certas" para intermediarem seus negócios, procurando diminuir os riscos de prejuízos e de serem denunciados. Por esta razão, os mocambeiros preferiam negociar com os regatões e, em momentos em que diminuía a repressão, com as casas de comércio fixas na cidade. Essa interação se intensificava, sobretudo, entre maio e junho, período das cheias, e após a safra, em que a navegação torna-se mais fácil, podendo-se valer dos atalhos pelos furos, igarapés, lagos e paranãs, encurtando consideravelmente as distâncias.

Aos poucos, os mocambeiros iam buscando consolidar sua inserção no contexto local, interagindo com a sociedade urbana, buscando um contato direto com as casas comerciais, negociando com as pessoas certas, "os patrões" que eles escolhiam para vender o seu

¹⁷ - Cartório do 2^o Ofício de Santarém. Autos Cíveis de Libello e Justificação. 21-11-1877.

produto e adquirir a mercadoria necessária nos quilombos. Um contato público e notório, que “ninguém via ou sabia”. Todos diziam ignorar quem eram esses infratores da lei que negociavam com os quilombolas. "A opinião pública é sabedora de alguns indivíduos que em certas questões vão aos rios permutar mercadorias por óleo, salsa, tabaco etc. da fábrica dos negros, não se pode individualizar por falta de provas plenas. O certo é que os negros de concreto tem tudo quanto precisa inclusive fazenda, sal, pólvora e armas"¹⁸.

O lavrador José Rodrigues dos Santos Pimentel ao ser indagado pelo juiz de Santarém se os quilombolas do Curuá, para venderem seus gêneros e comprarem o que lhes era preciso, "tratão com diversas pessoas que habitam alguns dos sítios das margens do Amazonas e outros lugares e até às vezes tem sido elles encontrados nesta cidade", respondeu que "tem ouvido dizer que uma ou outra vez tem apparecido em alguns sítios mas nesta cidade não." Por sua vez, José Pereira Macambira afirmou que "realmente lhe consta, porém que esta comonicação é de tal maneira feita que ainda não se pode su-prehender"¹⁹.

Pode-se argumentar que essas negativas se deram em razão de que, como testemunhas em um processo onde uma senhora procurava reaver a posse de seus pretensos escravos aquilombados, a confirmação desses contatos daria margem, e realmente deu, ao Juiz para fazer um despacho desfavorável, alegando a negligência da requerente em não ter dado em tempo a matrícula de seus escravos aquilombados. Os contatos eram constantes e aqueles sempre davam informações; se não falavam o nome dos mocambeiros, falavam no mínimo "quem eram os senhores"; portanto, seria de seu pleno conhecimento a existência desses e o local de seu paradeiro.

Esses fatos demonstram não apenas os "desembaraços com que os mesmos escravos fugidos transitão por toda parte bem protegidos", como sua inserção na sociedade escravista, tornando pública e notória sua presença nas cidades.²⁰

Tais narrativas, mais do que nunca, evidenciam a legitimidade dessas sociedades quilombolas e a importância que ocupam no cenário sócio-econômico da região, a ponto de os "negociantes abandonarem o comércio dos povoados para se embrenharem nas mattas

¹⁸ - APEP. Fundo Presidência da Província, série correspondências de diversas Câmaras Municipais com a Presidência. Ofício da Câmara de Santarém, 9-08-1862.

¹⁹ - Cartório do 2^o Ofício de Santarém. Autos Cíveis de Libello e Justificação. 21-11-1877

²⁰ - Jornal *Baixo Amazonas*. Santarém 8-01-1876

onde estabelecem casas de negócio para só traficarem com os escravos, que seduziram da companhia de seus senhores"²¹.

São esses fatos que levam a perceber a legitimidade conseguida pelos mocambos do Baixo Amazonas, que, mesmo tendo afetado o sistema escravista, não comprometeram a economia regional. Ao contrário, dedicando-se ao extrativismo e à agricultura, apesar de incipiente, garantiam um excedente de farinha e produtos naturais, em especial a castanha, o açaí e o peixe, que tinham o consumo garantido no mercado local. Como produtores, ocupavam boa fatia do mercado local.²²

Havia, portanto, um forte jogo de interesses entre o poder local e o Estado, no tocante à destruição das comunidades quilombolas. Sociedades que sobrevivem às expedições punitivas, às ações dos capitães do mato, ao longo do século XIX, e se materializam nas comunidades descendentes destes quilombos.

3 - Caminhos do Passado: história, memória e identidade.

O estudo de uma comunidade negra remanescente de quilombo, através das lembranças dos netos e bisnetos de quilombolas, possibilita uma incursão em suas raízes históricas, tornando mais vivo um passado que sempre esteve presente em suas memórias, revelando que as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão não têm que, necessariamente, desaparecer com a extinção de seus respectivos mocambos. Há toda uma historicidade a ser conhecida.

Uma das preocupações que se coloca, quanto à construção do conhecimento, está na constante busca de novas abordagens que permitam perceber a riqueza do processo histórico, a pluralidade de "agoras" e de testemunhas, sem perder de vista a contextualização, fundamentando-se numa "proposta de criação de um método interpretativo, no qual detalhes, aparentemente marginais e irrelevantes, são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem ser chaves

²¹ - Jornal *Baixo Amazonas*. Santarém 2 8-01-1876.

²² - Sobre a inserção quilombola no mercado local e os desdobramentos decorrentes desse processo, ver também GOMES, Flávio. *História de quilombolas. Mocambos e comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1992, dissertação de mestrado.

para redes de significados especiais e psicológicos mais profundos inacessíveis por outros métodos"²³.

Fazem parte dessa estratégia a pesquisa de campo e a utilização da história oral, uma "história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o campo de ação". Buscar entre os velhos a memória, elemento capaz de ancorar o presente ao passado. Nesse sentido, juntam-se à memória, por ser parte dela, os cantos, as lendas, "os causos", a linguagem, as variadas formas de expressão, a arte de curar e outras manifestações culturais significativas para a construção do conhecimento histórico.²⁴

Uma memória dinâmica, assim como a história, já que, como afirma Alistair Thomson, "Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória *gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas*, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhem para recordar e relatar (e, portanto, relembra), e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (...) Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou "identidades", termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identidade através do processo de contar história, para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social."²⁵

A memória, mesmo sujeita a influências de novos valores, parte natural do processo histórico do grupo que a preserva enquanto elemento que dá sustentação à identidade e ao sentido de origem, mantém o seu cerne como vínculo entre o presente e o passado. A repetição de fatos, nomes, lugares e atitudes, são marcadores significativos, e ao mesmo tempo reveladores, que permitem traçar a trajetória histórica do grupo. Exemplo: vieram da

²³ - CHALLOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 17.

²⁴ - THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado - História Oral**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 44.

²⁵ - THOMPSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre história oral e a memória*. In **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, n.º 15, abr. 1997, p.57.

África, fugiram, mocambeiros, remanescentes. É quando a memória vira fonte para a história.

Há que se considerar que a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo atemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido.

Fernando Catroga, com base em Joël Candau, chama “atenção para a existência de três níveis de memória: a *proto-memória*, fruto em boa parte, do *habitus* e da socialização e fonte dos automatismos do agir; a *memória propriamente dita* que enfatiza a *recordação e o reconhecimento*; e a *meta-memória*, conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu. (...) as duas últimas recobrem a noção de *anamnesis* ao significarem a procura ativa de recordações. E estas também remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e como, explicitamente, constrói a sua *identidade* e se *distingue* dos outros. Por sua vez, se as duas primeiras têm uma dimensão mais espontânea, a terceira acentua as características inerentes à chamada memória coletiva e histórica e às modalidades da sua reprodução. Mas é óbvio que todas elas se interligam, e será erro reduzir a fenomenologia da memória à espontaneidade e autarcia do eu, dado que ela também está sujeita a uma sobredeterminação social.”²⁶

Assim, a *anamnese*, “enquanto presente – passado, é experiência interior na qual a identidade do eu unifica a complexidade dos tempos sociais em que cada vida individual comparticipa. Assim, contra a tese bergsoniana da existência de uma “memória pura”, os dados imediatos das consciências são tecidos por uma pluralidade de memórias outras que coabitam na memória subjetiva, cuja mediação acaba por especificar o modo como aquelas são apropriadas. (...) Por isso, o presente histórico é um permanente ponto de encontro da recordação e da esperança”.²⁷

Nas comunidades aqui estudadas, não há guardiãs das tradições orais e nem um ritual de transmissão desses conhecimentos. Aqueles que detêm a memória histórica, coletiva, são os mais velhos que ouviram as histórias narradas pelos avós ou que, movidos pela curiosidade, indagavam destes sobre o passado, o tempo dos mocambos, do cativoiro, das

26 - CATROGA, Fernando - **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.P. 15

27 - Idem - P. 15,16 e 18

suas origens. Nesse sentido, um dos critérios básicos adotados para escolher os interlocutores foi o de que tivessem em comum as suas origens e fossem depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expressasse as lembranças coletivas; partilhando experiências comuns e a constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de um espaço único – terras de remanescentes, um pertencimento que engendra uma rede de parentesco, que remete a um tronco comum, ancestralidade, e aos “ramos”, os de agora, que fazem das histórias daqueles, suas histórias. Na origem está o início da identidade.

Nesse sentido, é que se busca através da memória, de outras fontes orais e da documentação escrita, a narrativa daqueles que "não constituíram apenas problemas para o governo"²⁸, mas que foram agentes de um processo histórico marcado pela resistência e pela constituição de um espaço social alternativo, não dicotomizado, ao mundo do senhor. Recuperar as suas experiências, entre elas a de ser livre. Nas experiências vividas está o fazer histórico.

Assim, “a memória do eu é sempre, em primeira instância, uma memória de família. E é a este nível que melhor se poderá surpreender os laços que existem entre *identificação, distinção, transmissão* e a sua interiorização como *norma*: recordar-se o espírito de família, porque é necessário preiteá-lo, retransmiti-lo e reproduzi-lo. De fato, os complexos, as reminiscências comuns e as repetições rituais (festas familiares), a conservação de saberes e símbolos (fotografias e respectivos álbuns, a casa dos pais ou dos avós, as campas e mausoléus, os marcos de propriedade, os papéis de família, os odores, as canções, as receitas de cozinha, a patromínia, os nomes) a par das responsabilidades da transmissão do conteúdo das heranças (espirituais ou materiais), são condições necessárias para a criação de um *sentimento de pertença* em que os indivíduos se reconheçam dentro de totalidades genealógicas que, vindas, do passado, pretendem, sem solução de continuidade, projetar-se no futuro. E, mesmo, quando existem revoltas individuais contra esta função integradora (como nos conflitos de gerações), é ainda dentro deste mundo que elas se afirmam.”²⁹

Neste sentido, é interessante observar, segundo Ilka Boaventura, como a “história de herdeiros está diretamente relacionada à memória do território. Quando consideram

²⁸- THOMPSON, E. P. apud SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**, São Paulo: EdUNESP, 1992, p. 60.

²⁹- CATROGA. Op. Cit. P. 27

herdeiros, estão, ao mesmo tempo, referindo-se à terra como um território anteriormente demarcado e é ele que fornece a principal referência identitária (...) uma estreita relação entre memória do território ocupado e a identidade do grupo”.³⁰

Uma origem comum, percepção viva do passado; passado que não é apenas conhecido, mas, vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva, fortalecendo o sentido de pertença, de territorialidade e a legitimidade do direito a terra. As narrativas vão dando conta de vários lugares de refúgios, nascimentos, encontros, trabalho e das festas. São lugares que constituem um cenário de memórias, que se configuram num território de negros. Terra nutridora que é ao mesmo tempo raiz.

4 - As Comunidades afro-amazônidas dos paranãs e ilhas

Através do diálogo com os mais velhos e lideranças locais, adentramos pouco a pouco no passado destas comunidades, percebendo como ele é apropriado, e (re)significado enquanto suporte para uma vivência contemporânea, na constituição de uma territorialidade e de uma identidade afro-amazônida, fazendo da história de seus avós a sua história, Uma percepção viva do passado, que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva. Uma memória que remete aos tempos da escravidão; dos quilombos e dos conflitos sociais que marcaram as histórias dos negros, cativos e libertos, e constituíram um corolário de referências para a compreensão do surgimento destas comunidades negras. É assim a história.

Vou conta o que me contaram, o que meu pai contou pro meu pai, o que minha mãe contava, não conto o que não sei, são frases que marcam as falas de nossos narradores, no presente texto em *itálico*, que aos poucos vão fazendo revelações que nos lembram a afirmativa de Hampaté Bá. “Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o

30 - LEITE, Ilka Boaventura **O legado do testamento: a comunidade de casca em perícia** Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra”. Diz ele ainda: “O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que fez o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra.”³¹

São estas narrativas que vão interligando estas comunidades negras numa mesma raiz cujas histórias se fundem e as memórias se entrelaçam. Ao falar de sua história, do eu, de sua vivência, o narrador navega pelas reminiscências de outras comunidades, já que elas fazem parte de sua memória, de sua ancestralidade. Há, assim, uma rede de parentesco, consangüinidade, que vincula estas sete comunidades, fortalecendo os sentidos de pertença e de territorialidade. Espaços sociais conhecidos e sentidos como seus.³²

Neste sentido são significativas as falas de alguns dos descendentes como:

Flauzina de Jesus Pinto, 67 anos, moradora de **Murumutuba**. *Sou da Saracura, filha de lá*. Seu pai chamava-se Manoel Celestrino (Celestino) de Souza e a mãe Maria Coelho de Souza. *Meu pai era do Bom Jardim, que foi pra Saracura e casou com minha mãe, ficou lá, morando. Só conheci uma avó, que criou a mamãe, era preta de olho azul. Aí eu conheci ela por Lúcia de Sousa*. Lúcia é um dos “velhos troncos” da comunidade negra Saracura. Dona Flauzina casou-se em 1953 com o Sr. Joaquim de Jesus Pinto (Nenê), 76 anos, de Murumutuba. Segundo ele, *agora de lá esses morenos, de lá, (Bom Jardim) se misturaram com esses morenos aqui dos Marcianos. Quem quizé, que nunca viu, pois dê um empurrão num preto do Bom Jardim ou dos Marcianos que apanha d’outro. Eles são muito unidos. São tudo parente*.

Fortunato Mota dos Santos, 74 anos, nasceu no **Tinguu**, *filho daqui mesmo*, assim como seus pais José Viera e Joana. *Ele, o pai, pra fala a verdade, eu nem conheci meu pai, eu falo assim, porque alguém falou que o nome dele era assim. Como diz o ditado dos antigos é porque antigamente era tal filho é fortuna, filho de fortuna. O avô, pai é da minha mãe, era Manoel Tomás, já morreu há muitos anos, ele tava com uns 70 anos. Esse*

31 - Hampaté Bá, A. *A Tradição Viva*. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África – I metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. P 181-218, p. 181/182.

32 - DEL RIO, José Maria Valcuende. **Fronteras, Territórios e identificaciones Colectivas – interacción social, discursos políticos y procesos identitarios em la frontera hispano-portuguesa**. Sevilla: Fundacion Blas Infante, 1998, p. 23.

*meu avô era a parte dos negros que vieram de lá diretamente da **Saracura**. De Saracura vieram pro **Bom Jardim** e vieram pra cá como passageiro, morador, construíram família aqui no Tingu. Uma parte no Tingu, uma parte no **Murumuru**, eles construíram família ai. Eles vieram de passeio e se colocaram aqui, construíram família aqui no Tingu.*

*As famílias mais velhas? Foi meu avô, meu tio Manoel João que morava no Murumuru, **Manoel João** era curador.*

Francisca Oliveira Guimarães (D. Jericó), nasceu em 1917, no Bom Jardim. Filha de José Lino Guimarães e Silvina Oliveira Guimarães. Neta de Maria Mancio Guimarães e Maria Verônica de Oliveira. *Maria Mancio Guimarães, era a avó. Nasceu no **território do Bom Jardim e Ituqui**. Moravam no Ituqui.*

Eles falavam do tempo dos escravos? Do tempo dos escravos eu conversava com o senhor que era escravo de lá chamava Izidoro Bonito, mas ele era feio que só. Então era esse Izidoro Bonito e tal como era o nome de tudo. O dono de lá da escravidão chama-se Nizo, que era um português. Então estes eram os escravos, pai Jerônimo, dessa gente, tudo eram escravos.

Então tinha o barracão grande lá em baixo, onde até hoje tem um monte de telha lá. Então tinha o Cacoal Grande em cima da terra que o senhor espiava daqui da beira que enxergava um homem do tamanho de um mininozinho. Então eles só tinha o direito no talo do cacao para comê, o vinho era para a geléia, o caroço era pra venderem. A farinha, eles faziam a farinha muito bem feita, e eles tinham o direito na croeira. Tudo se dava com eles. Eles deixavam os filhos deles naqueles barracão na rede de salsarra pilheira, nessas coisas, que quando era de meio-dia vinham dar de mamá, quem dava, quem dava papa dava, quem dava mingau dava. Todos trabalhavam pra eles. Então quando Maria Joaquina libertou as coisas, porque ela teve liberdade com um dos trabalhadores.... Então aí ela libertou os escravos dela.

Maria Raimunda Bentes dos Santos, 56 anos, moradora do **Ituqui**, nasceu no **Bom Jardim**. Filha de Geraldo Guimarães (Polianco) e Maria Cesária Ribeiro, ela era da **Saracura**. *Eu nasci no Bom Jardim. Eu só conheci o meu avô que era da Saracura, Igaldino.*

Tinha um tio que tinha umas lambadas de chicote pelas costas. Era Barroso, o nome dele, já é morto. O meu tio contava muitas coisas. Ele morreu com quase 103 anos. Quando eu entendi ele vinha aí da Saracura.

Fui criada com minha mãe em Santarém, na Saracura, que eles viviam de fazer roça lá. No Bom Jardim, os parentes são: os Guimarães, inclusive ele o marido, é Guimarães, é meu primo. 3º. primo meu. Dileudo, o Raimundo é meu irmão, Dionísio. O pessoal do Bom Jardim todo é de minha família.

Nós só anda onde tem família, Bom Jardim, Murumurutuba, Ituqui, Saracura.

Esse sobrenome Guimarães foi herdado do patrão dos escravos. Ele não tinha o que dá quando a Princesa Izabel, chegou pra libertá os escravos eles não tinha o que dá, o patrão deu as terras e o sobrenome de Guimarães pros empregados. Agora ele, eu não sei o nome, mas ta na escritura do Bom Jardim. Então o povo foram crescendo, foram multiplicando e veio junto esse nome Guimarães. Dona Maria Raimunda é nora do Sr.Xaró.

Raimundo Guimarães (Xaró), 86 anos, nasceu no Ituqui, filho de Agostinho, *que posô e caiu fora*, e Januária Guimarães. Seus avós estão entre os herdeiros das terras do Bom Jardim: Maria Lima Guimarães e Tomás Lino Guimarães, *nasceram no Ituqui*, A mulher do Sr. Xaró chama-se Antônia, filha de Boaventura Marciano dos Santos e de Raimunda Pereira dos Santos. *Eles eram de Murumurutuba, eram pretos velhos, também.*

Sr. Xaró tem família do Sr. no Bom Jardim? *Os Guimarães. Lá foi um bocado do começo. Lá foi quem moro mesmo quem foi os lavrado. Tito Lima Guimarães. O Zé Lima Guimarães, meu tio.*

Margarida dos Santos, 75 anos, *nasci aqui no Tingu*, filha de Manoel dos Santos e Joana Maria Raimunda. *Todos nascidos aqui.* Avós – *Quintiliana dos Santos e Manuel Tomás dos Santos. Eu só conheci os avô. Meus parentes que moram no Murumuru é o Izidoro, meu primo, o irmão dele o Ciró e o Nicó. Morei 14 anos no Ituqui. Os meus avós era daqui mesmo. Foram criados aqui, eles eram pretos. Era descendente de escravos – o Quintiliano dos Santos e Manoel Tomas dos Santos. Não conheci esses avós, morreram bem velhos, velhinhos. O meu avô Manoel Tomás dizia que eles eram escravo dos senhores aí da Taperinha; passaram muito mal, porque eles eram escravos, aí fugiram e vieram aqui pro Tingu, quando ele era rapaz. Vieram embora pra cá e casaram com minha avó, que eu não conheci. Contavam que era muito ruim a vida de escravos: eles apanhavam,*

era muito mandado, dizia o meu avô. Lundum, quem melhor dançava era minha tia, que já morreu, que morava ali em cima, ela chamava Sulina. Morava no Murumuru. Ela que ensinava a gente a dança lundu. Não sei quem ensinou pra ela.

Rosalina Garcia, 72 anos não sei, nasci aqui. Vivi aqui desde o ventre de minha mãe. Mãe era daqui e o meu pai era do **Bom Jardim**. Agora o vovô era Luiz pai do meu pai, era do **Bom Jardim**.

Nestas rápidas genealogias vamos encontrando os velhos troncos que se constituem origem comum. Um vínculo de consangüinidade, que marca as histórias dessas comunidades. Nas famílias Guimarães, Oliveira, Mota, Palha, Paula, Santos, entre outras, estão materializados os ramos dos velhos troncos: Lúcia, Ângelo, Manoel João, Quintiliano, Luiz, Izidoro, Jerônimo, Maria Mancio, Lino, Boaventura, entre tantos, cujas raízes estão fincadas nos plantéis dos senhores de escravos com propriedades nos paranãs do Ituqui, Maicá e Iaiá, das quais fugiram muitos escravos, como, por exemplo, do engenho Taperinha, , mas onde viviam, também, aqueles que foram herdeiros das terras do sítio Bom Jardim, pertencente à família Silva Ferreira.

Maria Joaquina da Silva Ferreira teria expressado em seu testamento o desejo de deixar livre seus escravos e doar a eles o sítio Bom Jardim, o que deveria ser feito, e foi, somente após a morte de seu marido, José Francisco Ferreira. Entre os bens deixados pela referida senhora, constavam 3 sítios em Ituqui; 1 em Boim e 1 em Bom Jardim, e um plantel com 46 escravos, encontrando-se, aí, os herdeiros da terras do Bom Jardim.

Inventariada - Maria Joaquina da Silva Ferreira

Inventariante – José Francisco Ferreira - Data: 22-03-1807 - 1º. Ofício Santarém

Nº.	Nome	Sexo	Cor	Valor	Observação
01	Iduviges	F	17	500\$000	
02	Cândida	F	17	500\$000	Relacionada entre os herdeiros
03	Crispim	M	19	500\$000	
04	Josefa	F	14	500\$000	Relacionada entre os herdeiros
05	Luciana	F	24	500\$000	Liberta em testamento - relacionada entre os herdeiros, recebe 1000 pés de cacau.
06	Zacarias	M	13	500\$000	
07	Leopoldina	F	30	550\$000	
08	Raimundo	M	30	550\$000	
09	Silvestre	M	33	550\$000	
10	Benvindo	M	--	550\$000	
11	Maximiano	M	30	600\$000	
12	Camilo	M	09	600\$000	Relacionado entre os herdeiros
13	Damazo	M	18	600\$000	

14	Antônio	M	21	600\$000	
15	Benta	F	11	400\$000	
16	Thereza	F	14	400\$000	
17	(ilegível)	F	--	400\$000	
18	Umbelina	F	35	400\$000	
19	Romana	F	46	350\$000	
20	Nicolau	M	09	350\$000	
21	Patronilha	F	10	350\$000	
22	Apolinária	F	10	350\$000	
23	Torquata	F	38	350\$000	
24	Caciano	M	--	250\$000	
25	Ângela	F	07	250\$000	
26	Eugênia	F	05	200\$000	Relacionada entre os herdeiros
27	Francisco	M	--	200\$000	
28	Isidoro	M	07	200\$000	*
29	Manoel	M	04	150\$000	
30	Zeferina	F	02	100\$000	
31	Lina	F	20	450\$000	
32	Casimiro	M	18	100\$000	
33	Wenceslau	M	6meses	50\$000	
34	Benedito	M	30	550\$000	
35	Delfina	F	50	300\$000	
36	Ambrósio	M	65	100\$000	
37	Ancelmo	M	12	500\$000	
38	Antônia	F	36	400\$000	
39	Antônia	F	60	400\$000	
40	Bernarda	F	50	80\$000	
41	Isidoro	M	11	400\$000	*
42	Amélia	F	50	50\$000	Idiota
43	Francisca	F	06	200\$000	
44	Ponciano	M	70	250\$000	
45	Candido	M	02	100\$000	Relacionado entre os herdeiros
46	Quitéria	F	60	100\$000	

(*) um destes escravos de nome Izidoro está relacionado entre os herdeiros

Com a morte de José Francisco Ferreira, em 1876, o desejo de Maria Joaquina se concretizou e, em 1877, a partilha das terras do Bom Jardim aconteceu, como pode ser visto no tópico referente a essa comunidade. Todavia, quase todos os cativos herdeiros já haviam falecido, ficando as terras para os seus descendentes. O direito à herança, à posse da terra foi mantido. Entre estes herdeiros, estão os avós, e pais, de muitos que hoje são os ramos que se entrelaçaram na constituição dessas comunidades negras.

Outros “trancos velhos” vamos encontrá-los nos inventários da família Guimarães, entre os quais, o dos proprietários do engenho Taperinha. Neste sentido, deve-se voltar a

1865 e ver no inventário de Ana Maria Faria, alguns escravos que passam a fazer parte do plantel dos senhores do Taperinha.

Inventário de Ana Maria de Farias

Inventariante – Manoel Antônio Pinto Guimarães - 30/06/1865 – Santarém - 1º. Ofício

Nº.	Nome	Nação	Cor	Ocupação	Observação
01	Benedito				Quinhão de José N. Pinto (J N P)
02	Maximiana				J N P
03	Veríssimo			Carapina	Quinhão de Manoel Antônio Pinto Guimarães – Barão de Santarém
04	Domingos			Sapateiro	M A P G
05	Domingos Viana				M A P G
06	Francisco			Pescador	J N P
07	Tiburscia				M A P G
08	Isidora				M A P G
09	Antônio Camundá	Camundá			J N P
10	Antonia	Congo			J N P
11	Alexandrina				J N P
12	Ma. dos Santos				J N P
13	Elizia				J N P
14	Luzia				J N P
15	Carlota				J N P
16	Benedita				M A P G
17	Ma. Roza				M A P G
18	Miquelina				M A P G
19	Ângela Silva				Filha de Miquelina M A P G
20	Lucia				Filha de Miquelina M A P G
21	Manoel				Filho de Miquelina M A P G
22	João				Filho de Miquelina M A P G
23	Raimunda				Filha de Miquelina M A P G
24	Carolina		Molata		J N P
25	Ma. Páscoa				J N P
26	Miguel Raimundo				Filho de Maria Páscoa J N P
27	Recém nascido				Filho de Maria Páscoa J N P

Eram herdeiras de Ana Maria as senhoras Geralda Rosa Loureiro e Thomazia Maria de Loureiro.

Inventário de Ten. Cel. Manoel Pinto Guimarães – Barão de Santarém.

Inventariante – Geralda Rosa de Loureiro Guimarães – 24/11/1869 – Santarém – 2º. Ofício

Nº.	Nome	Cor	Idade	E. Civil	Nação	Valor	Observação
01	Domingos	Preto	60		Africano	300\$000	
02	Benedicta	Crioulo	56		Africano	350\$000	
03	Marcos	Carafuz	55	C		600\$000	Casado com Anastácia
04	Anastácia	Carafuz	44	C		700\$000	Casada com Marcos
05	Agostinha	Carafuz	07			300\$000	Filha do Casal
06	Luiza	Carafuz	10				Filha do Casal
07	Firmino	Carafuz	08			350\$00	Filho do casal
08	Benedito	Carafuz	11			400\$000	Filho do casal
09	Ma. Nazareth	Carafuz	15			600\$000	Filho do casal
10	Fellippe	Carafuz	16			600\$000	Filho do casal
12	Jerônimo	Carafuz	18			800\$000	Filho do casal
13	Severo	Carafuz	21			800\$000	Filho do casal
14	Francisco	crioulo	52		Africano	400\$000	Achacado
15	Benedicto	Crioulo	53		Africano	800\$00	
16	Maria	Mulata	40			700\$000	
17	Raimundo	Mulato	18			7000\$000	Filho de Maria
18	Ma Benedicta Roza	Carafuz	21			400\$000	Filho de Maria
19	Ma. Silveira	Carafuz	06			300\$000	Filho de Maria
20	Bernadina	Carafuz	12			450\$000	Filho de Maria
21	Antonio	Carafuz	04			250\$000	Filho de Maria
22	Antonio	Preta	60		Cabinda	300\$00	Achacado
23	Miquelina	Criola	45			700\$000	
24	Ângela	Criola	14			550\$000	Filho de Miquelina
25	Luzia	Criola	12			500\$000	Filho de Miquelina
26	Manoel	Criola	11			450\$000	Filho de Miquelina
27	Narciza	Carapina	04			250\$000	Filho de Miquelina
28	Maria	Preta	02			200\$000	Filho de Miquelina
29	João	Criolo	10			450\$000	Filho de Miquelina
30	Josefa	Mulata	43			800\$000	
31	Julia	Mulata	18				Filha de Josefa
32	Marciana	Carapina	14				Filha de Josefa
33	Mauricio	Carapina	12				Filha de Josefa
34	Augusto	Mulato	08				Filha de Josefa
35	Emilia	Mulata	20			1:000\$000	
36	Salustiana		08				Filha de Emilia
37	Benedicta	Criola	53			400\$000	
38	Benedicta	Criola	28			600\$000	
39	Roza	Mulata	19			800\$000	
40	Antonia	Mulata	18			800\$000	
41	Jersina	Criola	40			1:000\$000	
42	Adelaide		12				Filha de Jersina
43	Floriano	Criolo	35				FUGA
44	João Manoel	Carafuz	45			1:000\$000	Capataz da Fazenda São Lourenço
45	Severino	Preto	30			1:000\$000	Capataz da Fazenda Santo Antonio

46	Manoel Caetano	Preto	45			1:000\$000	Capataz da Fazenda Bom Jardim
----	----------------	-------	----	--	--	------------	-------------------------------

Inventário de Ten. Cel. Manoel Pinto Guimarães – Barão de Santarém/ Miguel Antônio Pinto Guimarães (irmão e sócio)

Inventariante – Manoel de Oliveira Pás

Autos civis de liquidação e partilha – 01/02/1870 – Santarém – 1º. Ofício

Nº.	Nome	Idade	Ocupação	Valor	Observação
01	João da Costa	46			
02	Belchior Antônio dos Santos	39			
03	Antonio Ferreira Mulatinho	28	Ferreiro		
04	Luiz Antonio Figueira	39			
05	Luiz Ignácio	37			
06	Feliciano Antônio	58			
07	João Hypolito	64	Pedreiro		
08	José Francisco	21			Morphetico e leproso
09	Manuel Justino	32			
10	João Ceará	62			
11	Manuel João	32			
12	Caciano	27			
13	André da Silva	50			
14	Marcos José Lysa	58	Carpinteiro		
15	Felix	35			
16	Generaldo	14			
17	Luiz	16			
18	Francisco	15			
19	Romualdo	12			
20	Sérgio	11			
21	José Muita	22			
22	Caetano Nunes Rocha	38			
23	Andreza	62	Cozinheira		
24	Bárbara	40			
25	-----	3 m.			Filho de Barbara
26	Gustavo	2 1/2			Filho de Bárbara
27	Leopoldina	7			Filha de Bárbara
28	Felicia	20			Filha de Bárbara
29	-----	3 m.			
30	João de Óbidos	22			
31	Gentil	29	Padeiro		
32	Pegosias	62			Até o N°. 32 Não tem o valor porque foram avaliados juntos com o Engenho Taperinha
33	Manuel Pedro	55		600\$000	
34	Simão	40	Pedreiro	1:000\$000	
35	Leocárdio	45	Pedreiro	800\$000	
36	Pedro	24	Marcineiro	1:000\$000	
37	Florianio	30	Sapateiro	1:000\$000	
38	Roza	16		800\$000	
39	Benedito	45		800\$000	

40	Martinha	48		400\$000	
41	Germana	17		850\$000	Com uma cria
42	Jesuína	36		800\$000	
43	Adelaide	02		200\$000	Filha de Jesuína
44	Ângela	66		200\$000	Velha
45	Fernando	velho			Velho sem valor
46	-----	Velho		100\$000	Velho doente – fazenda Bom Jesus
47	Manoel	---		1:000\$000	Capataz da fazenda Espírito Santo
48	Raimundo	---		----	Capataz
49	Benedito	---		700\$000	Capataz da fazenda Prainha
50	Severino	---		700\$000	Capataz da fazenda Prainha
51	Nogueira	---		1:000\$000	Capataz da fazenda Santa maria

Entre os bens de raiz arrolados no presente Autos de Partilha estavam várias casas e terrenos em Santarém e as fazendas: São José do Paracary; Uruxiaia; Boa Vista no lago da Villa de Franca e Sta. Maria do Perpétuo.

Um **Engenho denominado Taperinha** no rio Ituqui, igarapé da Ayayá, contendo casa de vivenda e do engenho movido a água, contendo uma legoa de frente e duas de fundos, limita com a propriedade do Americano E. S. Wallan. Este engenho tem como acessório: uma sorte de terra de várzea à margem direita do rio Ituqui agoa abaixo, com casa de vivenda coberta de palha e curral para gado, conjunto de um cacoal que tem junto a casa denominado casado, que comunica-se do rio Ituqui com o Ayayáe tem ainda como pertence além das machinas os canaviais, carros, bois de serviço, 32 escravos, 290 cabeça de gado vacum avaliado em 40:000\$000.

Um cacoal e terras no Ituqui em frente as terras do engenho Taperinha, margem esquerda com 905 pé de cacoeiros. 2 posses de campos no Paracry que se limitão entre si tendo 4 legoas de frente cada uma – ai esta a fazenda São José do Paracary Fazenda Serrinha no rio Outeiro. Terras firme e de várzea no rio Javary. Uma sorte de terra e mais sorte de campos. Uma sorte de campos de terra firme e várzea na enciada do Aracury no lago grande da Villa de Franca, com 250 braças de frente e de fundos. Uma sorte de terra no lugar Ipaupixuna (Iparapixuna) com $\frac{3}{4}$ de legoa. Uma sorte de terra firme no lugar Tiningu, districto desta cidade com 335 braças em frente e fundos.

Estão relacionadas, ainda, algumas propriedades em outros municípios como em Alenquer, a fazenda Espírito Santo do Capintuba, com campos de criar em terra firme e

várzea própria para criação de gado, compreendendo as posses denominadas Espírito Santo, Laranjal, Bacaba da enseada do Curicaca e os retiros do Pao Mulato, Iparanopixuna – Ipanema, à margem do Capimtuba de Alenquer e do lago Curumú.e mais três propriedades no município de Monte Alegre.

O montante dos bens estava assim discriminado: Móveis 7:230\$420; Semoventes (gado e escravos) 194:738\$000; bens de raiz 210:580\$0000; dividas ativas 15:354\$633; Montante Mór 428:003\$053

Entre os 32 escravos arrolados, que se encontravam no referido engenho, estavam **Generaldo e Luiz** que posteriormente fugiram.

Em 1872 os escravos do espólio do Barão dados em Matricula eram os seguintes:

Relação de Escravos Matriculados – Barão de Santarém – 1872

Relação 88						
Nº.	Nome	Idade	Cor	Natural	Ocupação	Observação
01	João da Costa	48	Carafuz	Santarém	Roceiro	Mãe Lourença
02	Belchior Antônio dos Santos	39	Preto	Ignora-se	Incapaz	Desapareceu p/ lugar incerto e não sabido
03	Antonio	26	Mulato	Santarém	Ferreiro	Mãe Maria carfuz
04	Luiz Antonio Figueira	37	Preto	Santarém	Roceiro	Mãe Maria Joana
05	Luiz Ignácio	35	Preto	Alenquer	Roceiro	Mãe Ma.da Conceição
06	Feliciano Antônio	56	Mulato	Manaos	Roceiro	Mãe Ma.da Conceiçan
07	João Hypolito	64 C	Preto	Belém	Pedreiro	Mãe Ma. do Rsário
08	Andreza	62 C	Preta	Africana	Cozinheira	Ignora-se
09	José Francisco	24	Preto	Porto de Móz	Roceiro	Doente
10	Manuel Justino	40	Preto	Santarém	Roceiro	Maria
11	João Acara	70	Preto	Aficano	Roceiro	Ignora-se
12	Manuel João	36	Preto	Alenquer	Roceiro	Joaquina
13	Felix	36	Preto	Africano	Carpinteiro	Ignora-se
14	Leonalda	17	Mulata	Santarém	Cozinheira	Martinha
15	Lucia	04	Mulata	Santarém	-----	Martinha
16	Luiz	21	Mulata	Santarém	Roceiro	Bárbara
17	Francisco	18	Carafuz	Santarém	Roceiro	Bárbara
18	Romoaldo	12	Carafuz	Santarém	Roceiro	Bárbara
19	Sérgio	11	Carafuz	Santarém	Roceiro	Bárbara
20	Felicia	22	Mulata	Santarém	Domética	Bárbara

21	Leopoldina	10	Preta	Santarém	-----	Bárbara
22	Gustavo	05	Carafuz	Santarém	-----	Bárbara
23	Pacífica	04	Carafuz	Santarém	-----	Bárbara
24	Bárbara	42	Mulata	Santarém	Lavadeira	Maria Joana
25	Caetano Nunes Rocha	36	Preta	Santarém	Roceiro	Martinho João da Silva e sua mulher
26	José Muita	23	Preta	Santarém	Roceiro	Maria
27	João de Óbidos	24	Mulata	Óbidos	Roceiro	Cândida de tal
28	Gentil	31	Mulata	Santarém	Pedreiro	Fca. Ma da Conceição
29	Pedro	25	Carafuz	Cametá	Carpinteiro	Raimunda M Conceição
30	Gregório	43	Preta	Santarém	Roceiro	Ma. da Conceição
Relação 58						
N.º	Nome	Idade	Cor	Natural	Ocupação	Observação
01	Licurgo	52	Preto	Maranhão	Pedreiro	
02	João	22	Preto	Santarém	-----	
03	Veríssimo	25	Preto	Santarém	-----	
04	Raimundo	16	Preto	Santarém	Pedreiro	
05	Dioniço	14	Preto	Santarém	-----	
06	Maria Ritta	42	Preto	Santarém	Domestic a	
07	Anna	50	Preto	Santarém	Cozinheir a	
08	Ignes	36	Preto	Santarém	Lavadeira	
09	Martinha	53	Preto	Santarém	-----	
10	Germana	21	Molata	Santarém	Domestic a	
11	Joanna	26	Preta	Santarém	Domestic a	
12	Leovigilda	11	Preta	Santarém	Domestic a	
13	Higyna	08	Preta	Santarém	Domestic a	
14	Jozefina	05	Preta	Santarém	-----	
15	Thomazia	2 ½	Molata	Santarém	-----	
16	José	----	Preta	Santarém	Doente	
17	Maria Ignácia	60	Preta	Ignora-se	FUGA	Acha-se em fuga a muito tempo
Relação 22						
N.º	Nome	Idade	Cor	Natural	Ocupação	Observação
01	Osmarino	66	Preta	Ignora-se	Vaqueiro	Estão com os herdeiros em Prainha
02	Benedito	40	Preta	Prainha	Vaqueiro	

Já os escravos de D. Geralda Rosa de Loureiro Guimarães, dados em matrícula em 1872 são:

Lista de Escravos de D. Geralda Rosa de Loureiro Guimarães, matriculados em 1872.

Nº.	Nome	Cor	Idade	E. Civil	Ocupação	Observação
01	Domingos	Parda	42	S	Lavoura	Africano – filiação ignorada
02	Benedito	Parda	45	S	Lavoura	filiação ignorada
03	Marcos	Parda	45	C	Carpinteiro	Casado com Anastácia
04	Francisco	Parda	38	S	Lavoura	
05	Fellippe	Parda	20	S	Lavoura	Filho de Marcos e Anastácia
06	Anastácia	Parda	39	C	Lavoura	Casada com Marcos
07	Ma. Nazareth	Preta	15	S	Costureira	Filha de Marcos e Anastácia
08	Luiza	Preta	03	S	-----	Filha de Marcos e Anastácia
09	Jerônimo	Preta	23	S	Carpinteiro	Filho de Marcos e Anastácia FUGA
10	Ma. Emilia	Parda	36	S	Lavadeira	
11	Raimundo	Parda	19	S	Alfaiate	Filho de Maria Emilia
12	Benedicta Roza	Preta	16	S	Costureira	Filha de Maria Emilia
13	Ma. Silveira	Preta	05	S	-----	Filha de Maria Emilia
14	Bernadina	Preta	08	S	-----	Filha de Maria Emilia
15	Antonio	Parda	03	S	-----	Filho de Maria Emilia – faleceu
16	Miquleina	Preta	32	S	Lavoura	
17	Ângela	Preta	14	S	Lavoura	Filha de Miquelina
18	Narciza	Preta	06	S	-----	Filha de Miquelina
19	Ma. Victória	Preta	04	S	-----	Filha de Miquelina
20	João Guedes	Preta	08	S	-----	Filho de Miquelina
21	Antonia	Parda	20	S	Costureira	Filha de Miquelina
22	Benedito Laurindo	Preta	40	Viúvo	Lavoura	
23	Roza	Parda	19	S	Costureira	
24	Marciana	Parda	15	S	Costureira	Filha de Josefa, liberta. Faleceu
25	Manoel Caetano	Preta	38	S	Vaqueiro	
26	Benedita Joaquina	Preta	25	S	Lavadeira	
27	Maximiano	Parda	01	S	-----	Filho do escravo Jerônimo em FUGA
28	Deulino	Parda	18 meses	S	-----	Filho do escravo Jerônimo em FUGA

É interessante observar que seis anos depois, em 1878, no inventário de D. Geralda está relacionado um número considerável de escravos em fuga, um processo que tende aumentar na década de 1880.

Inventário de D. Geralda Rosa de Loureiro Guimarães – 25-10-1878

Inventariante – Davino Manoel Pinto Guimarães – Santarém – 1º. Ofício

Nº.	Nome	Cor	Idade	E. Civil	Ocupação	Valor	Observação
01	Domingos	Preto	49	S	Lavrador	-----	FUGA
02	Benedito	Preto	53	S	Lavrador	-----	FUGA
03	Marcos	Carafuz	52	C	Carpinteiro	500\$000	Casado com Anastácia

04	Francisco	Preto	45	S	Lavrador	800\$000	
05	Fellippe	Carafuz	27	S	Lavrador	800\$000	
06	Anastácia	Parda	50	C	-----	800\$000	Casada com Marcos
07	Ma. Nazareth	Parda	22	S	-----	800\$000	
08	Luiza	Parda	10	S	-----	400\$000	Filha de Marcos e Anastácia
09	Jerônimo	Parda		-----	Carpinteiro	-----	FUGA
10	Ma. Emilia	Parda	43	S	Lavadeira	100\$000	
11	Raimundo	Parda	26	C	Alfaiate	1:000\$000	Casado com escrava Ângela – viúvo
12	Benedicta Roza	Preta	23	S	Costureira	800\$000	
13	Ma. Silveira	Preta	12	S	Costureira	700\$000	
14	Bernadina	Preta	15	S	Costureira	800\$000	
15	Antonia	Parda		S	-----	-----	FUGA
16	Miquleina	Preta	39	S	Lavoura	-----	FUGA
17	Ângela	Preta	21	C		-----	Casada com o escravo Raimundo – falecida
18	Narciza	Preta	13	---	-----	-----	FUGA
19	Ma. Victória	Preta	12	S	Costureira	-----	FUGA
20	João Guedes	Preta	15	S	Vaqueiro	800\$000	
21	Antonia	Parda	27	S	Costureira	800\$000	Com 2 filhos nascidos depois da lei
22	Benedito Laurindo	Preta	47	Viúvo	Lavoura	1:000\$000	
23	Roza	Parda	26	S	Costureira	800\$000	Com 1filho nascido depois da lei
24	Marciana	Parda		S	Costureira		FUGA
25	Manoel Caetano	Preta	45	C	Vaqueiro	400\$000	Casado com mulher livre
26	Benedita Joaquina	Preta	32	S	Lavadeira	700\$000	
27	Maximiano	Parda	08	S	-----	-----	Filho da escrava Antônia - FUGA
28	Deolindo	Parda	09	S	-----	-----	Filho da escrava Antônia - FUGA
29	Feliciano	Carafuz	25	S	800\$000	Carpinteiro	
30	João	Carafuz	49	S	400\$000	-----	FUGA
31	Severo	Carafuz	27	S	800\$000	-----	FUGA

Entre os bens de raiz, foram arroladas as fazendas: Bom Jesus; Esperança; Barreiras, São Lourenço – destinadas à pecuária, com um considerável número de cabeças de gado vacum (2500) e cavalari (200).

Uma sorte de campos à margem do lago Paracary, districto desta cidade onde está a fazenda Bom Jesus com casa e curral. Uma dita de ditos que foi do sítio da fazenda Bom Jesus. Um dito de ditos no rio Jacaré em comum com a Fazenda Bom Jesus. Uma fazenda denominada Boa Esperança nos mesmos campos da fazenda Bom Jesus com casa e curral. Uma dita nas Barreiras do Paracary, a margem esquerda do Amazonas, districto desta cidade onde está fundada a fazenda Barreiras com casa e curral. Uma sorte de campos no lago grande de Franca. Uma légua de terras firmes à margem direita do rio Ituqui. Um sítio nas mesmas terras denominado Sant'Ana com casa de vivenda coberta de telhas bastante arruinada com $\frac{3}{4}$ de légua de terras de várzea pela frente da terra firme no mesmo rio Ituqui. 2 lugares de terra de várzea à margem esquerda do igarapé fronteiro a esta cidade. Uma légua de terra firme no rio Tapajós. Ainda casas e terrenos na cidade.

Além das fugas relacionadas nos inventários, vamos encontrar referências de outros cativos que buscaram os quilombos, próximos a Santarém, como **Generaldo, Luiz, Ângelo, Manoel João** e tantos outros. Vejamos alguns anúncios de fugas, veiculados no jornal de Santarém, *Baixo Amazonas*.

A edição do *Baixo Amazonas*, do dia 15 de janeiro de 1870, trouxe o seguinte anúncio: “A José J. Pereira Macambira, ausentarão-se do seu sítio na costa do Amazonas, os seus escravos **Severino**, mulato de dezessete anos (...) **Bento** de onze anos (...) ambos filhos da preta **Maria Severina**, e fugirão na noite do dia 4 do corrente em companhia do preto **Honorato**, escravo de Maria Thereza Macambira, levando Honorato também sua mulher, tapuia, **Domingas**, que costuma mudar o nome, e dous filhinhos.”

No número XIII, no dia 05/10/1872 lê-se na página 4:

Promete-se Boa Gratificação.

Do **engenho Taperinha**, da propriedade de Pinto & Rhome, fugirão na noite de 14 deste mês os escravos seguintes:

Generaldo – mulato natural desta cidade, de 16 a 18 annos de idade, cozinheiro, muito fallante e desembaraçado. **Luiz** – carafuzo, como ou vulgarmente se trata neste lugar Curiboca (por ser filho de tapuia), natural desta cidade de 20 a 22 annos de idade, apto para serviço de campo, em que sempre esteve empregado. Estes escravos fugirão em companhia do tapuio José Miguel, agregado do dito engenho cujos signaes são estes: idade 20 annos

pouco mais ou menos, baixo grosso, completamente gago, natural da villa de Melgaço, para onde se supõem ter seguido com os dois escravos acima.

Quem os aprehender e os entregar nesta cidade ao Barão de Santarém, e na capital desta província ao Srs. Manoel José Ribeiro & Cia será generosamente gratificado.

No mesmo dia, um outro anúncio dava conta da fuga do escravo **Ângelo**.

Na noite de 22 para 23 do corrente desta cidade, fugio ao abaixo assinado o escravo carafuz se nome Angelo com os signaes seguintes: idade 17 annos, baixo, cheio de corpo, falla grossa e muito conversador. Esteve em casa do finado Tem. Cel. João Gomes Pereira, aprendendo o officio de pedreiro. Quem o capturar terá boa gratificação entregando ao abaixo assignado, ou em Santarém ao seu genro Ignácio José Correa, assim como não se infringirá castigo algum se voluntariamente se apresentar ou vindo apadrinhado.

Surubyasssú, 28/09/1872.

Na edição de número XVII, no dia 28/04/1877, circulou mais um anúncio de fuga de escravos.

Ausentarão-se desta cidade no dia 23 do corrente mez, os escravos pertencentes ao casal da fallecida **D. Maria Margarida Pereira Macambira**, de nomes **Severino** – carafuz de 20 e tantos annos, matriculado sob o n.º. 169, e **Manoel João** preto de 40 e tantos annos de idade, matriculado sob o n.º. 187. Estes escravos vieram da capital a bordo do vapor Manaus, entraram por uma porta e saíram por outra. Santarém, 25/04/1877. J. J. Macambira.

A fuga de vários escravos das propriedades próximas a Santarém, Alenquer, e da região do Lago Grande, Cacoal Grande, no município de Monte, para os quilombos, em particular para aqueles nas cercanias de Santarém, ao mesmo tempo em que possibilitava romper com a sua condição de escravo, permitia-lhes manter vínculos com as comunidades de senzalas, onde ainda estavam seus parentes e companheiros de cativeiro.

Quilombos que já em 1812 eram motivo de ação da polícia local, como fica claro no officio do delegado de Santarém, em 30/09/1812, ao governo provincial, solicitando apoio para aprontar uma expedição “composta de 20 homens da tropa miliciana, todos armados para dar combate ao Mocambo que se acha formado na vizinhança desta vila, com um número de 16 a 18 escravos entre homens e mulheres.”³³

33 - **APEP** – Correspondência diversas com o governo da Província do Pará. 1807-1812. Pacote 347. doc. 124.

O tamanho desses mocambos, nas cercanias de Santarém, era semelhante ao da maioria dos existentes no Brasil escravista, com a presença de poucos quilombolas, que resistiram às medidas punitivas e na década de 1880 estavam ativos, servindo de abrigo para aqueles que buscavam romper com a ordem escravista, ocupando espaços que se configuraram em territórios de negros, afro-amazônidas.

A referência aos quilombos do Ituqui, Tinguu, Una e Urucurituba, em várias correspondências, mencionadas anteriormente, torna-se bastante interessante em razão de confirmar a existência dessas “paragens menores”, que deram suporte aos mocambos situados em locais mais distantes, como aqueles que estavam acima das cachoeiras, nas “águas bravas”. Na busca destes espaços, os mocambeiros constituíram um itinerário, cujos lugares assumem uma “dimensão simbólica que os fortalecem em suas identidades”.³⁴

Ocupações especiais que contemplaram as chamadas terras de uso comum, “que compreendem uma constelação de situações e apropriações de recursos naturais (solo, hídricos e florestais), utilizando-os segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações, diferenciadas entre o ‘uso privado’ e o ‘comum’, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e de sucessão, por fatores históricos, político-organizativos e econômicos, consoante práticas e sistemas de representações próprios.”³⁵

São experiências de acesso à terra, ao uso comum do meio natural, de formas de trabalho coletivo, como o *puxirum*, e com base na unidade familiar, que secularmente marcaram as culturas dessas comunidades.

A pecuária sempre foi uma atividade desenvolvida nessa região desde o século XIX, como já discutido anteriormente. No entanto, a convivência dessas comunidades quilombolas com os antigos criadores, sempre fora mediada por uma relação equilibrada, que não implicava a apropriação das terras de negros, nas quais desenvolvia uma pequena agricultura, o fabrico de farinha, a criação de algumas cabeças de gado, a coleta do açaí e a pesca. Uma produção destinada ao mercado local.

Num segundo momento, nas áreas de várzeas, passou-se a cultivar a juta, cujo plantio era financiado por negociantes de Santarém, os “*patrões*” na linguagem deles, à quem

³⁴ - BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território** op.cit.p.109.

³⁵ - ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Projeto Vida de Negro – Jamary dos Pretos – terra de mocambeiros**. São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1998. p. 18

interessava o monopólio da produção, não implicando necessariamente a apropriação das terras por terceiros.

Em tempos mais recentes, a prática criatória, em larga escala, implicou a redefinição do espaço, no uso da terra, provocando um desequilíbrio nas relações entre os criadores de gado e as populações daquelas comunidades negras, gerando fortes tensões.

Assim, o modo de vida dessas comunidades, a sua relação com a terra, e o direito a ela, fora sendo usurpados com a chegada da especulação fundiária, representada num primeiro momento pela pecuária e, atualmente, pela lavoura extensiva de soja, em menor escala de arroz, cultivos que até então não faziam parte daquele cenário, hoje brutalmente transformado pelo uso indevido das áreas de várzeas e os grandes desmatamentos, e o conseqüente encolhimento das terras dos mocambeiros que ali vivem há mais de um século. Um processo de ocupação desordenado e desastroso, tanto, para as populações tradicionais, quanto, para a natureza, mas que retrata bem a lógica destes novos migrantes em relação ao meio ambiente, ao uso e valor da terra, amparados pelas políticas de incentivos governamentais, em todas as esferas, como fica claro nesta matéria veiculada no Jornal do Brasil, de 21/0/2004, página 19, da qual transcrevo alguns trechos:

‘Ouro Verde’ muda a face do Pará – oeste do estado é a nova fronteira dos produtores de soja. Autoridades temem expansão desordenada

“Caetano Vendruscolo, há um ano na região, diz que Santarém é a Cuiabá dos anos 80.

Só que aqui tem tudo para as lavouras avançarem mais rápido ainda – ressalta, sem dó da mata. Onde é plano, temos que derrubar tudo. A floresta em pé não presta pra nada.”

Eldorado para novos negócios.”

“Segundo Ane Alencar, pesquisadora do IPAM, ressalta que na região já há um processo fundiário estabelecido, com famílias assentadas que sofrem pressão para vender suas terras. Do outro lado do Amazonas acontece o mesmo em comunidades tradicionais. Num raio de 50 quilômetros de Santarém, 40% da população já evadiu-se.”

“Segundo o promotor geral da República no Pará, Felício Pontes, o oeste do Pará começa a ter os mesmos problemas registrados no sul do Estado, como concentração fundiária, grilagem de terra e desaparecimento de trabalhadores rurais. Para ele é preciso discutir o tipo de desenvolvimento que se quer para a Amazônia.”

“A monocultura da soja avança a passos largos sobre a região. Santarém, às margens do Rio Tapajós, é o centro da produção. Mas outros municípios do entorno, como Belterra, estão atraindo os plantadores, que atravessaram o Rio Amazonas e estão em Alenquer, Monte Alegre, Prainha e Juruti. E também se instalaram às margens das rodovias Santarém-Cuiabá (BR 163), Transamazônica (BR 230) e Santarém-Curuá-Uma (PA-370)”

Fatores que favorecem este processo – “o baixo custo da terra. De acordo com a Secretaria de Agricultura de Santarém, há cinco anos o hectare era vendido a R\$25. Com a chegada dos “gaúchos”, o os plantadores de soja, o preço supera R\$ 1mil. Outro atrativo é a instalação, pela Cargil Agrícola, de um terminal graneleiro em Santarém e, por fim, a possibilidade da pavimentação da BR 153.”

As restrições ao uso das várzeas e das terras de serra, fazem com que as comunidades negras, já atingidas por este processo, se sintam “espremidas”, com um encolhimento de suas terras. Uma situação que tem se agravado pela dificuldade no uso comum do meio ambiente, em decorrência do cerco das águas e da privatização de açais e de outros bens naturais, mas, também, pela quebra da lógica do tempo de trabalho e da forma de lidar e vivenciar o meio ambiente.

São momentos em que se confrontam duas concepções de valor da terra: terra de trabalho, sentimento de nosso, versus, terra de negócio, especulação fundiária, implicando novas formas de organização e de enfrentamento por aqueles que se sentem ameaçados pelos “de fora”. Momentos em que se afirma a identidade negra, quilombola, frente ao outro, que os vê com olhares de estranhamentos.

Como afirma Wagner Almeida, “observa-se que os agentes sociais que se autorepresentam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de quilombo, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma interlocução com os aparatos de poder. Os elementos de contraste envolvidos nesta relação explicitam o advento de uma identidade coletiva”³⁶

Neste sentido, as comunidades remanescentes de quilombos constituem grupos sociais que compartilham uma identidade que os distingue dos demais. Essa “identidade étnica pode estar baseada em diversos fatores como auto classificação, uma ancestralidade

36- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit P. 13/14

comum, uma estrutura de organização política própria, um sistema de produção particular (incluem-se aí as formas específicas de exploração e relacionamento com a terra), em características raciais, em elementos lingüísticos e religiosos, ou símbolos específicos. A auto-identificação, portanto, é elemento definidor essencial da condição de grupo étnico. A origem histórica alcança uma importância de destaque sobrepondo-se a outros elementos tão ou mais importante para a constituição da identidade étnica daqueles grupos sociais.”³⁷

Comunidades nas quais laços de solidariedade, de ajuda mútua determinam “um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas tensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção de terra comum.”³⁸

Assim, como afirmam Acevedo e Castro, “o processo de ressemantização da categoria quilombo, tanto política quanto juridicamente, contribuiu para a afirmação étnica e mobilização política dessas comunidades negras rurais”,³⁹ frente ao contexto vivenciado.

Neste sentido, é interessante observar as falas de alguns dos narradores, quanto à apropriação do sentido de ser quilombola e do direito de se auto-perceber como tal.

O Sr. Joaquim de Jesus Pinto – Nenê, de Murumurutuba, ao ser indagado sobre o que os mais velhos falavam sobre escravidão, quilombos, remete sua fala para a comunidade de Bom Jardim. Diz ele: *Quilombo já. Isso eu ouvi falou. Eu até estranhei, mas depois eu escutei pelo rádio **que onde tiver pra mais de cinco família negra lá existe quilombo, né. Quando o meu avô dizia que o Bom Jardim, que meu avô morreu com 74 anos, que o Bom Jardim, lá tinha um assentamento, como se chama hoje em dia, naquele tempo havia patrão dos brancos que se agradou de lá da terra, então era preto lá, e botou os pretos pra trabalhá como escravo deles lá. Tinha uma lancha, que naquele tempo chamava motor, lancha. A produção deles lá, dos brancos, era cacau. Assim meu avô falava, que eu mesmo não lembro não. Esse tempo já era duns duzentos anos ou mais, eu calculo.***

37 - ANDRADE, Lucia e TRECCANI, Girolamo. **Terras de Quilombo**. P.4.

38 - ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In. CASTRO & HÉBETTE (org). **Nas Trilhas dos Grandes Projetos**. Cadernos do NAEA, N.º 10, Belém: NAEA/UFPA, 1989, p.163.

39 - ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

Segundo Azemar Silva dos Santos, 38 anos, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombolas de Murumurutuba, *as nossas culturas, embora um pouco já meio preservada, mas a gente o pouco que tem a gente utiliza de nossas culturas como danças, tecelagem, essas coisas, artesanato, o próprio espaço que a gente vive, ele mostra algo que aqueles povos negros viviam aqui. Contam algumas pessoas, mais antigas, falam desses povos. A cultura eu entendo do que é tudo aquilo que se sabe fazer. Hoje a gente tem pessoas aqui na comunidade, que a gente fabrica chapéu, fabrica penera, fabrica panero e uma série de artes que a gente faz pintura, né. Em fim são estas coisas que a gente ainda preserva na nossa comunidade.*

Por sua vez, D. Ana Teodorica, moradora do Murumuru, quando indagada se o pessoal falava que aqui era quilombo, responde: *Às vezes alguns falava, né. Uns não. Eu me acho que seja colombola, até minha pele. Por que onde eu fui nascida e criada foi aqui no Murumuru. E desde que me entendi já tinha muita gente morena aqui. Agora que já tem aparecido mais claro. Mais era mais moreno aqui no Murumuru. Os filhos do avô da Jonas, que era parceiro do Sr. Jairo, aquilo que era calombola mesmo, tinha beijo virado. Se acabou, ficaram os gaios.*

São falas nas quais, junto à ancestralidade destas comunidades esta a legitimidade da posse da terra e o direito de afirmar na cor, mesmo que “misturada”, “avacenta”, a sua condição de quilombola. Um discurso afinado com o que determina o **Decreto N.º. 3.572**, de 22 de julho de 1999, do governo do Pará sobre a regulamentação e titulação da posse de terra das comunidades remanescentes, que de acordo com o:

Art. 2.º. São considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, conforme conceituação antropológica, os grupos étnicos constituídos por descendentes de negros escravos que compartilham identidade e referência histórica comuns.

Art. 3.º. Entende-se por terra ocupada, para fins deste Decreto, a ser delimitada e demarcada, aquela necessária à reprodução física ou sócio-cultural dos grupos remanescentes das comunidades dos quilombos, englobando os espaços de moradia, de conservação ambiental, de exploração econômica, das atividades sócio-culturais, inclusive os espaços destinados aos cultos religiosos e ao lazer.

Parágrafo único – Na identificação da área a ser titulada, o ITERPA deverá considerar a noção de territorialidade da própria comunidade.

Junta-se a esse aparato legal o **Decreto N.º. 4.887**, de 20 de novembro de 2003, da Presidência da República, que regulamenta a aplicação do *artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Decreto que nasce a partir da pressão do movimento negro e da necessidade de agilizar o processo de titulação das terras quilombolas, algo que não deveria estar nas disposições transitórias, mas sim como uma prática constitucional de um Estado supostamente preocupado com o direito e a cidadania daqueles que, por uma série de razões, sempre foram vistos como um problema para os governantes e as elites latifundiárias.

O referido decreto afirma em seu Artigo 2º. – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fim deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Parágrafo 1º. - Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos é atestada mediante autodeterminação da própria comunidade.

Parágrafo 2º.- São Terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Parágrafo 3º.- Para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração critérios de territorialidade, indicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimentais.

É com base neste aparato legal, mas, sobretudo nas experiências históricas de lutas pelo direito à terra e à liberdade, que estas comunidades buscam manter viva em suas memórias, as experiências de seus ancestrais, e fazem destas o referencial maior de identidade e razão para manter a posse daquele território que sempre lhes pertenceu.

Por serem terras contínuas, apesar de separadas por “braços d’água”, as histórias destas comunidades tornam-se comuns. Os antigos são referências não para uma ou duas comunidades, mas, para todas, assim como os curadores, as festas e a forma de se vincular e trabalhar a terra.

Nas falas dos vários narradores vão surgindo as histórias daquele território constituído por famílias descendentes dos negros aquilombados, naquela região, e da primeira geração de escravos libertos. São, também, suas histórias. Narrativas que dão conta de uma memória que constitui referência de identidade, reafirmada, diante do outro, os de fora, e principalmente no momento que uma ameaça paira sobre seu território e o direito de ter a terra – terra de trabalho; terra nutridora.

A autopercepção identitária do grupo enquanto descendente, ou remanescente, termo mais usual, embora, não o melhor, se dá a partir do próprio grupo, na busca de suas raízes, dos “troncos velhos”, dos quais são os galhos, os ramos. Ramos impregnados de historicidade, de práticas culturais, de sentimentos, de uma relação com a terra, que lhes permite, seja negro, misturado ou avacento, perceber-se quilombola. Vinculado a este se sentir descendente está o sentido de liberdade e o direito de ter a posse da terra. Na busca das raízes está a afirmação de sua identidade e de pertença ao território, no qual estão fincadas.

Assim, aos poucos as pedras do quebra cabeça vão sendo montadas, às vezes com pequenas fissuras, mas, que não desqualificam, ou deformam o cenário que vai sendo revelado: uma história que remete ao cativeiro, à cabanagem, a luta contra os índios que ali viviam. Comunidades formadas por gente *largada nas margens, nas praias, do rio Amazonas*, mas, sobretudo, por aqueles que romperam com a ordem escravista.